

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



A SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA E O DESAFIO DA FORMAÇÃO EM CULTURA.

Laura Bezerraⁱ

INTRODUÇÃO

Em 2009, no âmbito do processo de implementação do Sistema e do Plano Nacional de Cultura, o Ministério da Cultura, realizou um Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasilⁱⁱ, que revelou três pontos de grande relevância: a concentração das ações de formação no Sudeste do país (48%), sob responsabilidade de instituições privadas (49%) e na forma de cursos de extensão (76%), ou seja, cursos de periodicidade irregular.

A fragilidade das ações formativas na área da Cultura (a partir de agora pensada de forma mais ampla e não restrita à Organização Cultural) é reconhecida com clareza pela sociedade civil, que colocou a formação entre as maiores demandas apresentadas nas Conferências Estaduais de Cultura da Bahia.ⁱⁱⁱ

As modificações na agenda político-cultural tanto do Governo Federal, quanto do Governo da Bahia, nos últimos anos, vieram ampliar a demanda por pessoal qualificado. Explico melhor. Na Bahia, a própria criação de uma Secretaria de Cultura (SECULT) em 2007 e, mais ainda, o início da descentralização das políticas de cultura, tem exigido uma maior profissionalização do setor. Até então, a Secretaria de Cultura e Turismo tinha uma atuação muito débil fora da capital; no momento em que se começa a trabalhar para levar as políticas de cultura a todos os 417 municípios baianos, aumenta

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



(e muito) a necessidade de pessoal qualificado tanto em Salvador, quanto no interior do estado.

No âmbito federal, vemos um processo análogo: a implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC)^{iv} e do Sistema Nacional de Cultura (SNC)^v, traz consigo uma crescente necessidade de avanço na formação. Um exemplo: como o SNC prevê a existência nos estados e nos municípios de Secretarias, Conselhos e Fundos de Cultura, faz-se necessário pessoal preparado não somente para gerir estas instituições, mas também, e especialmente, para pensar, articular e pactuar as políticas de cultura. É necessário pontuar ainda que a territorialização e a democratização das políticas de cultura exigem a presença de cidadãs e cidadãos qualificados para a participação ativa neste processo.

Além disso, com a implementação do Sistema Nacional de Cultura, espera-se, e eu gostaria de citar o Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, João Roberto Peixe, “uma efetiva interação e complementaridade, capaz de provocar verdadeira sinergia no processo, potencializando os resultados das ações empreendidas e dos recursos disponibilizados.” (MINC, 2010, p. 17). Ou seja, almeja-se uma otimização das políticas de cultura e, por conseguinte, um impulso para o setor. O que, claro, demanda pessoal. Finalmente, não se pode esquecer os esforços empreendidos pelo Ministério para estimular a Economia Criativa, com a consequente necessidade de melhoria da qualificação profissional.

Resumindo: a melhoria na formação e qualificação em Cultura é não somente uma necessidade real e concreta, mas também uma urgência. As falas ouvidas neste 1º Seminário Internacional de Formação e Capacitação em Cultura apontam, de forma recorrente, para a formação como um *desafio*. Na Conferência de Abertura do evento, a Secretária da Economia Criativa do MinC, Claudia Leitão, refere-se à educação para competências criativas como um desafio. No mesmo dia, o professor de Sociologia

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



Política da *Université de Paris-Ouest Nanterre/La Défense*, Emmanuel Wallon reflete sobre o desafio de se pensar a formação de administradores culturais num mundo em transformação. Lia Calabre, chefe do setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Ruy Barbosa (RJ) pontuou a necessidade de se pensar políticas culturais como política pública, com ênfase no aspecto participativo, na inclusão de diversos atores – e, por este caminho, chegou também aos desafios da formação.

É neste contexto que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia elegeu o binômio cultura-educação como área de destaque no período 2011-2014 e a formação e qualificação em cultura como uma prioridade, reconhecendo, entretanto, que este é um enorme desafio.

Em contraposição à concentração regional das ações formativas apontadas no início do artigo, considera-se fundamental investir, de forma ativa e sistemática, em políticas estaduais de formação e qualificação para o setor. A Bahia, marcada por uma relação contraditória, mas vital e pulsante com suas tradições artísticas, religiosas e históricas e por uma tensa, mas fértil, diversidade étnico-cultural, é um lugar favorável à reflexão sobre cultura e seus múltiplos potenciais. No passado, a criação dos cursos de arte da Universidade da Bahia trouxeram renovação e reconhecimento para o estado. Nos últimos anos, assistimos ao surgimento de espaços relevantes de fomento ao estudo da cultura em suas diferentes dimensões: além de alguns cursos de graduação, as universidades estaduais ou federais que atuam na Bahia, oferecem diversas pós-graduações, por exemplo, em Cultura e Sociedade, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres; Gênero e Feminismo; o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos; ou ainda Estudos Étnicos e Africanos (UFBA); Crítica Cultural; Memória e Desenvolvimento Regional; ou Políticas públicas, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional (UNEB); Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (UFRB); Desenho, Cultura e Interatividade; Literatura e Diversidade Cultural (UEFS); Audiovisual

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



(UESC); Antropologia com ênfase em culturas afro-brasileiras; Cultura, Educação e Linguagem; Memória, Linguagem e Sociedade (UESB). Vemos também o aumento dos encontros sobre Cultura: o Encontro Multidisciplinar de Estudos sobre Cultura (Enecult), que está na sua oitava edição; o Encontro Baiano sobre Cultura (Ebecult), que já aconteceu três vezes; o Ciclo de Debates sobre Política Cultural, realizado desde 2005; ou ainda este 1º Seminário Internacional de Formação e Capacitação em Cultura, que pretende ter continuidade. Este nos parece um contexto propício para impulsionar o setor e tentar superar as condições adversas.

AS ESTRATÉGIAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA PARA A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM CULTURA

A Rede Estadual de Formação em Cultura

A SECULT não teria como resolver sozinha esta questão – na verdade, nenhuma Secretaria ou Ministério. Não somente nossos recursos humanos e financeiros são limitados, como também não somos uma instituição formativa e não seria nosso papel trabalhar diretamente na formação. Na verdade, nenhuma instituição sozinha poderia enfrentar o desafio de melhorar a formação e qualificação em cultura no Brasil. Um desafio desta magnitude exige um esforço coletivo. Ao perceber isso, partimos para a criação de uma Rede Estadual de Formação em Cultura e, assim, avançamos no sentido de articular a interlocução entre instituições e estimular as parcerias necessárias ao avanço no setor.

A Rede, constituída oficialmente em dezembro de 2011, é composta por representantes das universidades públicas (federais e estaduais) e dos Institutos Federais de Ensino, que atuam no Estado da Bahia, organizações da sociedade civil dedicadas à cultura e educação, entidades do sistema S (Sebrae, Sesc, Sesi e Senac), além de

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



representantes do Ministério da Cultura e secretarias estaduais de Educação; Trabalho, Emprego e Renda, e Casa Civil, além da Secult. Como instância de articulação, diálogo, pactuação e governança tem a Rede um Conselho formado por representantes de todas as instituições parceiras.^{vi} A função maior deste grupo é formular colaborativamente políticas para formação e qualificação em cultura no Estado da Bahia e, além disso, estimular a criação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão na área da cultura; estimular também a formação profissional, tanto o ensino técnico (envolvendo os diferentes elos da cadeia produtiva da cultura), quanto a formação continuada; além de apoiar a realização conjunta de cursos, seminários, estudos, pesquisas e publicações em cultura.

Mesmo dando a devida importância à discussão, ao diálogo e à pactuação (que são fundamentais), a Rede Estadual de Formação em Cultura não é apenas um espaço para o diálogo, mas uma instância para articulação de ações concretas. Por exemplo, tentando estimular as Universidades e os Institutos Federais a criarem novos cursos (de educação profissionalizante, graduação e pós-graduação), a partir da formação de parcerias. Parcerias que podem se dar entre universidades; entre elas e as instituições do Sistema S (Sebrae, Sesc, Sesi e Senac) e/ou entre elas e IFBA (Centro Federal de Educação Tecnológica) ou IFBaiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), ou ainda com as 13 ONGs que integram o Conselho. São estes os primeiros passos: proporcionar o encontro de pessoas qualificadas para debater sobre demandas e prioridades, e mapear as possibilidades concretas de trabalho conjunto entre instâncias federais, estaduais e municipais.

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



Para embasar a atuação do Estado na formação, foi lançado em maio de 2012 um Programa de Formação e Qualificação em Cultura^{vii}, que se fundamenta, em primeiro lugar, nas demandas das Conferências de Cultura e no perceptível aumento da necessidade por pessoal qualificado. Mas existem outros dois pontos importantes: a Lei Orgânica da Cultura na Bahia^{viii}, que prevê a criação de um Sistema de Formação Cultural como um dos mecanismos de gestão do Sistema Estadual de Cultura. Lutou-se muito pela aprovação desta lei, pela necessidade de instâncias que superem a descontinuidade das políticas de cultura e que viabilizem (ou, pelo menos, estimulem) a existência de políticas de estado, mais estáveis e mais democráticas. A criação da Rede e do Programa de Formação e Qualificação em Cultura é um passo no sentido de concretizar as palavras do texto legal. De transformar a lei em ação

Outro ponto importante, neste contexto, é que o Sistema Nacional de Cultura, ao qual o Estado da Bahia aderiu no ano passado, prevê a criação de um Programa Nacional de Formação na Área da Cultura. Ora, o que é um sistema? É um conjunto de partes que, dentro de um todo, dentro de conjunto maior, atuam de forma integrada, que interagem numa relação de complementaridade. Com a criação de um Sistema Estadual de Formação e Qualificação em Cultura, estamos, ao mesmo tempo, atendendo a uma demanda dos cidadãos e cidadãs da Bahia, mas também construindo uma peça que será parte desse todo maior, que é o SNC.

A finalidade do Programa é promover a formação e qualificação em cultura e estimular os processos formativos no campo da cultura, considerada em suas diferentes áreas, dimensões, linguagens, manifestações e aspectos. Construimos um programa, que apesar de ter linhas básicas claras, oferece suficiente flexibilidade para podermos nos ajustar às necessidades que surjam e acompanhar, assim, a dinâmica inerente à Cultura. São consideradas as seguintes áreas de formação e qualificação em cultura:

- a. Organização, legislação, produção, gestão e políticas culturais;

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



- b. Criação, invenção e inovação artístico-cultural;
- c. Proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural;
- d. Formação de público, educação e consumo cultural;
- e. Difusão, divulgação e transmissão da cultura;
- f. Reflexão, investigação, análise e crítica da cultura;
- g. Produção de informações culturais;
- h. Cooperação e intercâmbio cultural;
- i. Logística e processos técnico-culturais.

Com a atuação nestas áreas pretendemos criar uma base sólida, entre outras coisas, para proporcionar a criação e/ou ampliação de oportunidades de desenvolvimento profissional nos diversos segmentos culturais; melhorar as condições para a sustentabilidade e o fortalecimento de ações e organizações na área da cultura; promover a inclusão sociocultural (inclusive, mas não somente, através da inserção no mercado de trabalho e da geração de emprego e renda); e estimular o desenvolvimento de ações e formulações inovadoras na cultura. O Programa de Formação e Qualificação em Cultura é uma espécie de moldura para balizar as ações futuras e para possibilitar o trabalho colaborativo entre os diversos parceiros. Construimos uma visão do todo, para, aos poucos, trabalhar as diversas áreas de forma gradual.

Alguns resultados parciais já podem ser apontados. Em primeiro lugar: existem já três propostas de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, em Salvador e no interior da Bahia, todas realizadas a partir de parcerias entre instituições federais, estaduais e municipais.

Segundo: o Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCEB) disponibilizou um milhão de reais para um edital específico para a formação em cultura no corrente ano. De 52 projetos inscritos, cinco foram selecionados, o que irá permitir a realização de

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



ações formativas consideradas estruturantes nos segmentos de capacitação de agentes culturais; arte-inclusiva; formação de professores em cinema-educação; formação inicial e continuada em teatro e circo. Este edital deve acontecer anualmente.

Em terceiro lugar, em setembro será realizado um encontro, onde, durante dois dias, os membros da Rede de Formação e Qualificação em Cultura receberá alguns convidados para debater temas como as especificidades da formação em cultura, a necessidade de pedagogias diferenciadas para a área, ou ainda as linhas básicas que devem nortear as políticas culturais específicas.

Finalmente, será iniciado, ainda em 2012, um Mapeamento da Formação e Qualificação em Cultura na Bahia, que oferecerá um diagnóstico preciso para embasar a definição e implementação das políticas setoriais.

À GUIA DE CONCLUSÃO: A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM CULTURA COMO DESAFIO

Entre as 51 metas do PNC (MINC, 2012, p. 45-63), oito referem-se à formação e tratam de assuntos tão distintos quanto a inserção “da disciplina Arte no currículo escolar regular”, o “aumento de cursos técnicos habilitados pelo [...] MEC no campo da arte e cultura”, a formação de professores, o aumento de vagas de graduação e pós-graduação, as ações de fomento à pesquisa e difusão de conhecimento, a realização de oficinas e afins, ou ainda a certificação dos trabalhadores da cultura.

Em fala durante o 1º Seminário, Selma Cristina Silva, do Observatório Itaú Cultural (SP), abordando a formação de gestores no Brasil, conjectura sobre as dificuldades de atuação na área, tendo em vista que os gestores da cultura possuem um

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



perfil por demais diferenciado, tanto no que se refere aos perfis profissionais, quanto aos seus interesses, postulando a impossibilidade de um modelo único de formação.

Se isso é válido para a formação de gestores culturais, é mais relevante ainda quando se pensa na amplitude e transversalidade do campo da cultura. Como ajustar o fortalecimento dos mercados, por um lado, e das diversidades/identidades culturais, por outro? Como equalizar as necessidades de formação dos acadêmicos, dos mestres populares da cultura, das culturas tradicionais e das culturas tecnológicas? Como atender às demandas da criação, da produção, da difusão, da conservação, da memória? Qual o lugar do público, qual o do privado? Qual o espaço para a formação dos artistas, dos técnicos, dos gestores, dos produtores, dos formuladores, dos agitadores, dos acadêmicos, do público, do cidadão “comum”? Dos profissionais e dos amadores – e da grande área difusa que vem se formando na Contemporaneidade? Não pretendo aqui apontar dicotomias, nem postular impossibilidades, mas problematizar uma situação. Além disso, e muito especialmente, há que se refletir e debater sobre a “formação” que buscamos. Formação para que? E para quem? Formação é bem mais do que adquirir informações ou habilidades técnicas – é um processo dinâmico, que se estende por toda a vida e que, no seu sentido ideal, deveria ampliar as competências (culturais, sociais, intelectuais, práticas etc.) de cada ser humano.

Não há um caminho pronto, ele precisa ser construído coletivamente, com todas as dificuldades e tensões inerentes ao processo. Mas, no momento em que estamos, gostaria de finalizar citando Maria Helena Cunha (2009) quando ela fala da importância de se “valorizar em primeiro lugar o binômio cultura-educação como um caminho para a consolidação de política cultural voltada para a transformação social, entendendo a educação num sentido mais amplo e contínuo de aquisição de conhecimentos como direito de cidadania.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



BAHIA (Estado). *Lei nº 12.365* (Lei Orgânica da Cultura), de 30 de novembro de 2011. Disponível em <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/2012/04/17/files/2011/12/LEI-ORGANICA-BAHIA.pdf>>. Acesso em abr. 2012.

_____. Secretaria de Cultura. *Materiais sobre as Conferências Estaduais de Cultura da Bahia*. Disponível em <<http://culturabahia.com/>>. Acesso mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: MinC, 2012.

_____. *Sistema Nacional de Cultura*. Documento básico. Brasília: MinC, 2010.

_____. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. 2. ed. Brasília: MinC, 2008.

CUNHA, Maria Helena. *Gestão e institucionalidade da cultura*. Palestra proferida durante a II Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/7601023/doemg-legislativo-17-12-2009-pg-20>>. Acesso em nov. 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo. *Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil*. Relatório Final. MinC: 2009. Disponível em <http://www.organizaocaocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf>. Acesso em fev. 2012.

_____. *Formação em Organização da Cultura no Brasil: apontamentos iniciais*. Disponível em <http://www.organizaocaocultural.ufba.br/apontamentos_iniciais.pdf>. Acesso em fev. 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

NUSSBAUMER, Gisele M. (Org.). *Teorias e políticas da cultura – visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007.

ⁱ Ocupa, atualmente, o cargo de Assessora da Transversalidade da Cultura na SECULT-BA. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Literatura e Ciência da Mídia pela *Universität Trier*. Coordenadora do projeto Filmografia Baiana e pesquisadora em formação do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA).

ⁱⁱ Disponível em <http://www.organizacaoocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf>. Acesso em fev. 2012.

ⁱⁱⁱ A formação apareceu em segundo lugar na IV Conferência Estadual (2011), ficando atrás apenas da demanda por infra-estrutura. Também nas Conferências Nacionais a formação teve destaque.

^{iv} Instituído através da Lei nº 12.343/2010.

^v A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 34/2012) que institui o Sistema Nacional de Cultura foi aprovada pela Câmara dos Deputados em maio de 2012 e, em 29 de agosto do corrente ano, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, podendo, então, ir para votação no Plenário.

^{vi} O Conselho, que vem se reunindo a cada dois meses, é formado por 46 titulares e igual número de suplentes, que foram indicados por suas instituições de origem e são pessoas diretamente envolvidas com atividades de formação e qualificação em cultura em cada instituição.

^{vii} Instituído através da Portaria nº 64, de 15 de maio de 2012.

^{viii} A Lei nº 12.365 foi aprovada em 30 de novembro de 2011.